

REFUGIADOS CONGOLESES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

dificuldades e expectativas

Giulianna Silva Serricellaⁱ

Mestranda em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O presente artigo tem como empiria os refugiados congoleses na cidade do Rio de Janeiro e a diversidade cultural que os envolvem. Assim, o objetivo geral desse trabalho consiste em analisar a diversidade cultural congolesa que perpassa as relações sociais e influencia em sua integração local no Rio de Janeiro. Para a realização dessa pesquisa será necessário, não somente, uma análise teórica de conceitos como identidade, cultura, multiplicidade étnica e diversidade cultural, mas também a análise empírica baseada em uma conversa com um refugiado congolês na Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: refúgio; República Democrática do Congo; identidade; cultura.

CONGOLESE REFUGEES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO: DIFFICULTIES AND EXPECTATIONS

Abstract

This article works with the Congolese refugees in the city of Rio de Janeiro and the cultural diversity that involves them. Therefore, the main objective of this article is to analyse the Congolese cultural diversity that pervades the social relations and have an effect on their local integration in Rio de Janeiro. To realize this research is important to make a theoretical analysis based on concepts, as identity, culture, ethnic multiplicity and cultural diversity, but also make an empirical analysis based on a conversation with a Congolese refugee in Caritas Arquidiocesana of Rio de Janeiro.

Keywords: refugee; Democratic Republic of Congo; identity; culture.

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

giuliannaserricella@yahoo.com.br

A partir de conceitos como cultura e identidade, será analisado o exemplo empírico do grupo de refugiados congoleses na cidade do Rio de Janeiro e a diversidade cultural que os envolvem.

A análise da cultura é fundamental para compreender o multiculturalismo que está envolvido no processo de emigração e imigração do sujeito, ao passo que ao

migrar todo indivíduo passa pelo processo de reterritorialização e da construção de novas identidades culturais. Deve-se pensar na formação de pluri-identidades e no multiculturalismo, ou seja, apesar de cada indivíduo carregar sua identidade cultural inicial, ao migrar passa a agregar novas características do lugar de destino relacionadas à cultura, costumes, entre outros, no entanto, sem abandonar sua identidade de origem.

Os conflitos na República Democrática do Congo (RD Congo), como na África em geral, se devem a não coincidência das fronteiras políticas com as fronteiras étnicas. Assim, são conflitos que podem ser considerados como permanentes no país como um todo, mas, principalmente, no leste do território, nas áreas de Kivu Norte e Kivu Sul. Um dos motivos dessa centralização do conflito pode ser explicado através de causas históricas, como o genocídio de Ruanda em 1994, que intensificou o fluxo migratório de ruandeses das etnias tutsis e hutus que estavam fugindo da guerra, e também devido aos países fronteiriços, como Zâmbia, Burundi, Ruanda, Uganda, aumentando o número de deslocados internos no país (VALENZOLA, 2013).

Com a extensão dos conflitos e a intensa disputa étnica no país, se configurou um cenário de deslocamentos internos, solicitações de refúgio por cidadãos de países vizinhos e, ao mesmo tempo, a emigração de muitos congolese, por motivos de perseguição política, étnica, racial e violação dos direitos humanos. O quadro político e econômico do país também contribui para a instabilidade interna existente e devem ser levados em consideração na análise proposta a seguir.

A partir deste cenário, o objetivo deste ensaio consiste em analisar a diversidade cultural congolese que perpassa as relações sociais e influencia em sua integração local no Rio de Janeiro. A realização da pesquisa se deu, não somente, a partir de uma base teórica dos conceitos de identidade, multiplicidade étnica e diversidade cultural, bem como a partir da parte empírica baseada em entrevistas com refugiados(as) e solicitantes de refúgio congolese na cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro item deste ensaio irá explorar a multiplicidade étnica na RD Congo e como se configura o cenário de conflitos internos políticos e étnicos. Estabele-

cendo então, uma conexão entre esta empiria e alguns conceitos para compreender a pluralidade das identidades culturais.

A origem desse pluralismo étnico e como o mesmo se traduz na cidade do Rio de Janeiro, na integração local de refugiados congolese, será explorado no segundo item deste ensaio. Em seguida, na terceira seção será apresentada a visão de um refugiado congolês no Rio de Janeiro, como sujeito deste processo e como este buscará reconstruir sua identidade cultural.

Por fim, nas considerações finais a intenção será a de confirmar ou refutar a hipótese de que a mudança de território irá alterar a identidade cultural do indivíduo e que, ao mesmo tempo, a busca por uma reterritorialização também irá interferir na integração local.

A República Democrática do Congo e suas fragmentações

A RD Congo é, historicamente, marcada e relacionada aos conflitos étnicos e políticos que se configuraram tanto por suas tradições desde que era colônia belga, até os dias de hoje, marcada por conflitos internos que ocorrem não apenas no território nacional, como também em países fronteiriços. No entanto, os problemas internos na RD Congo vão além de apenas conflitos políticos e étnicos, mas é um país marcado pela pobreza, carência na educação e na área da saúde. Apesar de ser um país rico em minério, matérias-primas e petróleo, estas atividades se concentram nas mãos de poucos indivíduos, e o cenário político e econômico do país refletem diretamente em sua instabilidade interna.

Há pouco mais de duas décadas a RD Congo apresenta um quadro de conflito permanente, relatado por diversas organizações internacionais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Anistia Internacional ([2013?]) e Médicos sem Fronteiras (MSF..., 2014). A principal área de conflito está localizada ao leste do país, onde se encontra a região de Kivu Norte e Kivu Sul, e uma das principais causas do mesmo é a presença de diferentes etnias, principalmente tutsis e hutus, que são duas etnias que sempre estiveram em conflito, desde o genocídio de Ruanda em 1994, momento no qual os grupos de ambas as etnias migraram para o leste da RD Congo para fugir da guerra.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, [2014]) tem-se que, a RD Congo é um dos países menos desenvolvidos e com menor qualidade de vida no mundo. Ocupa a 186ª posição entre 187 países que tem o IDH medido pelo PNUD e 80% da sua população vivem com menos de U\$ 1,00 por dia.

O primeiro governo ditatorial da RD Congo foi sob o poder de Joseph-Desiré Mobutu, o qual permaneceu na presidência desde 1965 até 1997. O estopim para o início de intensos conflitos internos na RD Congo (Zaire na época) foi o genocídio de Ruanda, em 1994, país vizinho, que ocorreu entre os grupos étnicos hutu e tutsis. Como consequência deste conflito milhares de ruandeses migraram na condição de refugiados para Kivu Norte, região fronteira à Ruanda. Porém, ambas as etnias migraram para a mesma região, logo, em pouco tempo foi consolidado um novo conflito, desta vez em um território distinto, mas com o mesmo objetivo. Mobutu não se manifestou em relação a esse novo fluxo migratório, sendo este o momento crucial para a consolidação do movimento que o tiraria do governo ditatorial instaurado (TANNURI, 2010).

A ditadura de Mobutu beneficiava apenas seu governo e uma pequena elite, que concentravam 70% de toda a riqueza da extração mineral e petrolífera do país (esta é a principal atividade de interesse do governo e externos em relação à região também). Em, 1997, a AFDL (Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire) liderada por Laurent-Desiré Kabila tomou a capital do país e em seguida, tirou Mobutu do poder. No entanto, o ambiente hostil, de conflitos políticos e étnicos permaneceu e se mostrava sem aparente solução (TANNURI, 2010). Em 2001, Kabila é assassinado e quem assume a presidência é seu filho Joseph Kabila.

Em 2010, a Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo presente no país desde 2003, se converte em Missão de Estabilização das Nações Unidas no Congo (MONUSCO) e logo após a instituição dessa missão, observou-se o aumento no número de estupros nas regiões de Kivu Norte e Kivu Sul. A ONU tentou realizar uma represália a esse cenário, chamada de “Compra de viúva”, no entanto, só capturaram 30 de estimados 200 culpados (VALENZOLA, 2013).

“De acordo com Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a violência existente nas províncias localizadas no leste do país, apresentou um total de 400.000 remoções forçadas desde 2012, apresentando uma quantidade aproximada de 600.000 deslocados internos. E trazendo dados mais novos, durante os últimos três meses, cerca de 71.000 pessoas foram removidas de suas casas” (SCHMITT, 2014).

A questão étnica é muito forte no país, de acordo com uma conversa realizada junto a um refugiado (J.¹) na Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, ficou evidente em muitos momentos que a diversidade étnica juntamente à intolerância política e religiosa são fatores que intensificam a permanência desses conflitos. Ao cruzar os dados estabelecidos por “J”, com notícias publicadas em jornais africanos locais isso se torna ainda mais evidente.

De acordo com dois jornais/sites africanos podem-se dividir as províncias congolese da seguinte maneira: a capital Kinshasa é a mais populosa dentre as onze províncias que formam o país. As seguintes são: Bandundu, à oeste do país, perto de Kinshasa, Bas-Congo, Équateur, Orientale, Kasai Oriental, Kasai Ocidental, Katanga, Maniema, Kivu Norte e Kivu Sul.

A RD Congo é tida como um dos países mais multiétnicos da África, tem reconhecidas em torno de 250 etnias que se dividem em diversos grupos. O principal grupo é o povo bantous, que representam quase 80% da população congolese, e suas principais etnias são: luba, mongo, longo e os ruandese hutus e tutsis. É importante lembrar que estas são as principais etnias dentro de cada grupo étnico e existem diversas outras não citadas aqui.

A diversidade religiosa também sobressai no país, no entanto, a identidade étnica é mais representativa para eles do que a religiosa. Ainda assim, a maior parte dos congolese é cristã, sendo 40% deles católicos, 35% protestante e 10% é kimbanguiste, uma igreja de origem africana. Existem também pequenas comunidades muçulmanas.

¹ Com o intuito de preservar a identidade do refugiado que participou da conversa na Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro será utilizada a inicial “J” ao longo deste trabalho.

A divisão da língua é a parte mais complexa no país, principalmente, pois cada etnia possui seu próprio idioma local em sua comunidade. As línguas se dividem entre os idiomas locais, os nacionais e o oficial. As línguas locais são difíceis de serem todos citados, devido à multiplicidade étnica existente. Podem ser citados os seguintes exemplos: o ngala (falado por 3,5 milhões de congolese), o songe (falado por um milhão de congolese), o luba-shaba (falado por 1,5 milhões), dentre outros. As línguas nacionais reconhecidas são quatro, dentre elas: kikongo, lingala, kiswahili e tshiluba. Esses quatro idiomas foram expandidos pelo país através do ensino em escolas primárias e pela administração política, ou seja, além dos idiomas locais, geralmente fala-se uma dessas quatro línguas e mais o idioma oficial.

A língua oficial, por sua vez, é o francês, no entanto, até hoje não é falado por todos os grupos étnicos. Assim, observa-se a seguinte tendência na utilização das línguas locais, nacionais e oficial: o idioma local e étnico é frequentemente, utilizado para uma comunicação familiar ou entre o grupo étnico que pertence; os idiomas nacionais são utilizados no dia-a-dia, ou seja, no ambiente escolar, comercial, de trabalho, na televisão; e, por fim, o idioma oficial, francês, é visto como o idioma do Estado e do direito, ou seja, mais utilizado em esferas do poder.

Durante a conversa na Caritas, “J” enfatizou o racismo existente entre as diferentes etnias e como exemplo citou casos que ocorrem em Universidades de Kishasa, como alguns estudantes que poderiam se comunicar durante as aulas em lingala ou francês, e todos entenderiam, mas optam por falar seu próprio dialeto apenas se comunicando com pessoas da mesma etnia. “J” ressalta que eventualmente, ocorrem casos assim entre professores que discriminam certas etnias em sala de aula.

“J” trouxe outro fator que ocorre em países que ainda possuem essa forte divisão étnica, como na RD Congo, dizendo que na identidade de cada indivíduo vem escrita sua etnia e a região de origem, no entanto, é importante notar que, mesmo que a pessoa não tenha nascido na região de sua etnia, a mesma é colocada na identidade devido à região que sua família (pais ou avós) pertence. No caso de “J”, a etnia que consta em sua cédula de identidade não possui para ele identidade territorial alguma, pois como disse, nunca conheceu a região, não fala muito bem o dialeto de

sua considerada etnia e não possui nenhuma ligação cultural ou identitária com o local. No entanto, fica evidente e “J” confirma que a identidade étnica na RDC até hoje está acima da identidade nacional. Fator este que sofrerá transformações com a imigração de congolese para o Brasil na condição de refugiados, como será analisado a seguir.

A cultura e a identidade como conceitos-base

Com o intuito de estabelecer uma melhor compreensão acerca dos diferentes obstáculos impostos à um nacional da RD Congo quando se discute sua etnia e tradições culturais em seu país de origem ou ao chegar em um novo país de destino, neste caso ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e, além disso, considerando a busca por uma reterritorialização, será discutido a seguir os conceitos de cultura e identidade a partir de alguns vieses. Para analisar estes conceitos é importante tentar compreendê-los a partir da evolução histórica dos mesmos.

O pioneiro na definição do conceito de cultura foi o antropólogo Edward Tylor, que “abrange em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos ideológicos” (LARAIA, 2003, p. 25). Por ser um conceito ainda em aberto e sem uma definição fixa, alguns autores criticaram a visão de Tylor por deixar de lado dois fatores importantes, o relativismo cultural e a diversidade cultural, quando foge da ideia de cultura fixa e permanente.

É evidente o esforço da antropologia moderna na reconstrução do conceito de cultura, e através de Clifford Geertz e David Schneider é possível tentar observar que a definição tem a mesma base para todos, no entanto cada um a fragmenta e detalha de uma forma distinta. Não há uma definição mais correta do que outra.

Clifford Geertz e David Schneider consideram cultura como sistemas simbólicos. O primeiro busca definir o homem através da definição de cultura, esta vista como um “conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento” (LARAIA, 2003, p. 62). Logo, para Geertz estes símbolos e significados são sempre partilhados entre os atores, criando costumes e tradições dentro de uma mesma cultura. Por outro lado, Schneider, defende cultura

como um sistema de símbolos e significados que influenciam comportamentos e relações. Dessa forma, percebe-se que a discussão acerca do conceito de cultura permanece em movimento, principalmente, a forma de exteriorizar este conhecimento (LARAIA, 2003).

Manuela da Cunha retoma este conceito, no entanto, toma como base a questão da etnicidade, discussão essa que será fundamental para o caso empírico deste ensaio. Assim como Geertz, Cunha ultrapassa a definição do homem do iluminismo, com uma cultura e identidade fixa e permanente e defende a noção de cultura não como algo dado, mas que também como algo que pode ser perdido, ou seja, está sempre em processo de reinvenção e transformação. Além disso, a cultura surge como um conceito que substitui o uso do termo raça, que é mais ligado à genética, cor e não a um conjunto de costumes, tradições e linguagem (CUNHA, 2012). Stuart Hall ultrapassa também a discussão de raça ao enxergá-la como uma categoria de construção política e social, baseada numa relação de poder socioeconômica de exploração e exclusão, chegando ao racismo (HALL, 2013).

A linguagem, por sua vez, também é um fator relevante para a etnicidade, visto que se caracteriza como uma maneira que permite a comunicação e a organização política de grupos étnicos. Quando se pensa nestes grupos, eles precisam de características que os diferencie dos outros etnias, e a linguagem é uma destas distinções e não deixa de ser uma das mais marcantes, pois é por meio dela que vão se articular como grupo em seu modo de organização e subsistência, na economia, na política, na religião e na passagem de costumes e tradições ao longo das gerações. Além disso, é a partir da definição das próprias características do grupo étnico que se nega o não pertencimento a outro grupo, ou seja, a sua própria afirmação vem da negação do outro (CUNHA, 2012).

Assim, a contribuição de Manuela da Cunha neste ensaio ajuda a compreender a etnicidade como uma forma de manifestação cultural, e ainda como uma categoria “nativa” e não analítica, isto é, cada grupo a utilizará de uma forma que estabeleça sua identificação interna. Além disso, a cultura é por ela defendida como algo residual, ou seja, assim como Laraia tentou elucidar alguns anos antes, é algo constantemente reelaborado. A partir dessa visão, a etnicidade por sua vez, é uma forma

de definição de grupos, assim como grupos religiosos, são grupos que possuem uma origem ou cultura comuns (CUNHA, 2012).

A relação entre identidade e cultura para que se chegue à construção da identidade cultural terá como base neste ensaio a discussão apresentada por Stuart Hall, na qual se tem, inicialmente, como horizonte, a ideia de que todos possuem uma identidade, no entanto, se encontram em processo constante de construção da mesma, a partir da autodeterminação. Assim como Manuela da Cunha, que defende a etnia a partir da negação da qual não se pertence, o mesmo ocorre com a identidade, que é autêntica e formada a partir da diferença. Esta característica é fundamental ao passo que não existe apenas uma identidade fixa e permanente, assim como não existe com a cultura, mas deve-se considerar como relevante a diversidade, isto é múltiplas identidades e o multiculturalismo.

Stuart Hall analisa a identidade cultural a partir da crise da modernidade tardia, assim, a identidade não é fixa, está em permanente mudança e é identificada pela diferença, ou seja, um indivíduo se identifica com essa cultura, pois não se identifica com a outra. A relação entre identidade cultural e identidade nacional se intensifica com o surgimento dos Estados-Nação, pois a pessoa agora precisa se sentir pertencente a uma nacionalidade, e dependendo do ponto de vista é a identidade que vai prevalecer para que certa comunidade se sinta pertencente do mesmo grupo cultural. Hall chama atenção para essa questão a partir da noção de Estado e de se pertencer a um país específico, como ser brasileiro, que possui características que vão diferenciá-los de outras nacionalidades. No entanto, deve-se questionar até que ponto isso não é uma tentativa de homogeneização, afinal, considerando que a identidade cultural é construída a partir da diferença, e que toda nação possui extensa heterogeneidade interna (HALL, 1999).

A nova ordem mundial, pautada na globalização, como fenômeno que atinge praticamente todo o mundo, e não apenas as informações e mercadorias são importadas e exportadas com mais facilidade e rapidez, mas também as pessoas e o movimento migratório se intensificam. Assim, deve-se pensar a cultura nacional como constituída por identidades nacionais integradoras e não por uma unificação nacional. Dessa forma, Hall faz uso do termo híbrido e associa as nações modernas a hí-

bridos culturais. As identidades híbridas incorporam diferentes características à identidade, aqui Hall ressalta que identidades nacionais estariam em declínio, exatamente por esse híbrido, esse movimento, a dissolução de fronteiras, tornando difícil que uma identidade seja apenas local. Com isso, o fenômeno da globalização faz com que isso se altere, a influência de outras culturas, outras formas de se alimentar, músicas, o avanço tecnológico, entre outros fatores. Os imigrantes refugiados são um exemplo empírico dessa mudança, visto que a partir do momento que imigram é necessário incorporar novas características à sua identidade cultural, que já não era fixa, mas a partir do momento que se muda o território, novas características são agregadas a essa identidade, a tornando híbrida (HALL, 1999).

Hall coloca em questão duas possibilidades acerca da globalização, sendo elas: esse fenômeno levaria a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades. No entanto, por mais que algumas identidades se mantenham “fechadas”, isso é cada vez mais difícil, principalmente com as migrações, levando pessoas com identidades locais distintas para outros territórios. Esta influência que se discute é mútua, pois ao mesmo tempo em que a identidade local do indivíduo que migra está em movimento, a identidade cultural da cidade de destino, também sofrerá a influência contrária, mesmo que em uma proporção menor da população (HALL, 1999).

Por fim, quando Hall discute identidades, tendo abordado de duas maneiras, através de uma oscilação entre Tradição e Tradução. Essa abordagem é relevante, pois é possível assemelhar-la ao que ocorre com o grupo de refugiados de congolese, caso de estudo desse ensaio. Tradição, como se pensa seria relacionada a uma identidade fixa, enraizada em um só lugar e que tendesse à homogeneização, no entanto, Hall defende esse movimento como um “falso dilema” (HALL, 1999). Por outro lado, há a Tradução, isto é:

Aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais comportas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. [...] Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido (HALL, 1999, p. 88-89).

Ou seja, o grupo de refugiados congolese no Rio de Janeiro se encaixa nessa exemplificação de Hall, visto que são identidades culturais híbridas que acabam deixando de lado qualquer possibilidade de se ter uma cultura fixa e unificada e passam a, obrigatoriamente, ser produto de diferentes identidades, linguagens, costumes e precisam se adaptar ao novo sem perder suas tradições.

Deve-se imaginar a RD Congo a partir do termo “comunidades imaginadas”, assim as nações não são apenas entidades políticas, mas revela-se um sentimento de pertencimento, uma forma de imaginar uma relação com o país de origem, a disseminação de fronteiras e de construção de novas identidades culturais. A conexão com o lugar de origem permanece, principalmente, com as minorias étnicas, mas as identidades se tornam múltiplas e híbridas (HALL, 2013, p. 28-30). Assim, “a diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura” (HALL, 2013, p. 36).

Outro fator importante é analisar a partir da diáspora da cultura, como se dá a reorientação de modelos culturais antes tradicionais para a nação. Hall, então afirma que, “como outros processos globalizantes, a globalização cultural é “deteritorializante” em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o lugar” (HALL, 2013, p. 40). Assim, se torna difícil afirmar a origem de cada cultura, apesar de cada uma ter seus “locais”, elas irão de forma autônoma se reterritorializar em meio às diferenças. Pode-se pensar essa reterritorialização em relação às características da cultura congolese que são trazidas para o Rio de Janeiro e de alguma forma incorporadas à vida desses indivíduos em uma nova localidade.

Assim, têm-se a cultura como uma produção, na qual não apenas as identidades culturais estão em transformação, como também os sujeitos como atores principais estão sempre em processo de recriação. Por outro lado, com a globalização, o local e o global passaram a estar diretamente conectados um com o outro, não existindo uma identidade cultural pura e fechada nela mesma e nem uma identidade cultural global e homogeneizada, mas sim uma relação de interdependência mútua, sem deixar de lado a diferença cultural (HALL, 2013).

Observa-se hoje, a expansão das sociedades multiculturais, fato este que não é algo recente. Este ensaio apresenta como base as sociedades multiculturais, que irão apresentar fatores históricos em sua formação. Segundo Hall, o multiculturalismo tem se intensificado desde a II Guerra Mundial, com o fim do imperialismo europeu e o início das lutas pela descolonização e pela independência nacional. Conseqüentemente, houve a formação de novos Estados-Nações, com características multiétnicas e multiculturais. No entanto, o histórico da RD Congo se encaixa diretamente na descrição de Hall acerca desses novos Estados-Nação, que são, majoritariamente, governados por grupos que apresentam uma diversidade étnica, cultural e religiosa; geralmente sofrem a influência de culturas trazidas por deslocados internos; um cenário de pobreza generalizada; subdesenvolvimento; e desigualdade econômica (no caso da RD Congo, a extração de minério se concentra nas mãos de poucas famílias, geralmente com alguma ligação com o governo central). Assim, as crises enfrentadas por esses países evidenciam cada vez mais um caráter multicultural ou “eticizado” (HALL, 2013).

Os problemas relacionados à crise na legitimidade, estabilidade política e desenvolvimento social acabam intensificando os conflitos internos entre esses diferentes grupos étnicos e, no caso em estudo da RD Congo, são motivadores de graves violências físicas e psicológicas sob as mulheres. Assim, as tensões relacionadas a esses diferentes grupos étnicos e religiosos ressurgem sob a forma multicultural e continuam a reproduzir o cenário de instabilidade anterior. Durante a conversa com “J”, o mesmo enfatizou em diversos momentos da conversa que o fator étnico é ainda muito presente e forte na RD Congo, estando à frente da identidade nacional, sendo este um dos principais conflitos no país, pautado sempre na diferença multicultural (HALL, 2013).

Para melhor compreensão acerca da diversidade étnica na RD Congo e a manutenção dessas identidades deve-se olhar para a comunidade como um todo. Existem tradições que ainda são fortemente carregadas por esses grupos e independente da diferença da língua, dos costumes ou dos rituais é difícil com que se altere toda uma história de décadas. Por isso, diz-se que o sujeito carrega tradições próprias ao

migrar, mas que estas estarão constantemente sendo transformadas e recriadas (HALL, 2013).

Para além de um sujeito em constante transformação, não se pode deixar de lado a análise mais ampla da etnicidade e o processo de construção de novas identidades culturais que os refugiados congolese precisam passar. Por isso, conforme verifica Hall:

Quanto maior a relevância da 'eticidade', mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e educação, mas também pela herança biológica inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras de matrimônio endógamo, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua 'pureza' genética e, portanto, cultural (HALL, 2013, p. 78).

Transformando e recriando identidades culturais no Rio de Janeiro: a visão do refugiado congolês como sujeito desse processo

Segundo análise estatística realizada pelo ACNUR ([2015?]) sobre refúgio no Brasil, entre o período de janeiro de 2010 e outubro, observou-se que o número de solicitações de refúgio no Brasil está em uma variação crescente e, além disso, houve também um aumento na taxa de elegibilidade ao longo dos anos. Esse cenário demonstra o comprometimento do Brasil com o princípio da solidariedade internacional. Por sorte, se torna também uma ação do solicitante de refúgio e do refugiado uma busca pela integração local no país de destino, no entanto, o posicionamento do país receptor a isso é fator chave para que a integração se dê de maneira mais rápida efetiva para os refugiados, a partir da formulação de políticas públicas voltadas para a questão.

Atualmente, o Brasil possui 8.400 refugiados reconhecidos. A região sudeste concentra, aproximadamente, 31% do total de solicitações de refúgio no Brasil; ademais, dos 2.206 casos analisados no ano de 2014 até o mês de outubro, houve cerca de 88% de casos deferidos, no caso específico da RDC, houve 155 casos reconhecidos, o que é referente à 97% das solicitações de refúgio e ainda existem cerca de 570 solicitações em aberto que ainda não foram avaliadas.

Incorporando esses dados à questão apresentada neste ensaio, é importante analisá-los e relacioná-los à forma como ocorre na prática à integração local dos

mesmos na cidade do Rio de Janeiro. Esses dados serão apresentados com base na conversa realizada junto a “J” e também há outros relatos coletados em pesquisas acadêmicas.

Atualmente, os refugiados congolese se concentram em Brás de Pina (localizado na zona norte da metrópole do Rio de Janeiro), no Centro, na Penha e no município de Duque de Caxias. Há uma tendência na busca por moradias em localidades próximas a de outros congolese já estabilizados na cidade, sendo esta uma forma de solidariedade e auxílio entre os próprios refugiados e solicitantes de refúgio, ao se depararem com dificuldades iniciais bastante similares, como a falta de moradia, emprego e a fluência no idioma. É possível observar o estabelecimento de redes sociais entre os grupos de refugiados nos quais a realidade em que se encontram os coloca em proximidade com os demais. Nesse momento, é relevante considerar uma mudança que de certa maneira não iria ocorrer na RD Congo, pois ao chegarem a um país distinto, com cultura e idioma diferentes passam a, independente da etnia a que pertençam buscar uma convivência e uma relação de solidariedade para com o outro. Estas relações são observadas no ambiente social da Caritas durante o dia-a-dia dos solicitantes de refúgio e dos refugiados.

O refugiado “J” em outra parte da conversa, afirma, no entanto, que mesmo ocorrendo com menor frequência, às vezes se observa casos de discriminação entre congolese de diferentes etnias no Rio de Janeiro, como exemplo, “J” relata alguns casos de brigas entre alguns solicitantes. De toda maneira, “J” reforça a todo o momento que a diferença étnica é consideravelmente reduzida na cidade de destino. Observa-se então, que a identidade nacional passa a prevalecer sob a identidade étnica, principalmente quando são tratados como um grupo ou comunidade congolese no Rio de Janeiro.

Outra base empírica para analisar a integração local associada à identidade cultural foi baseada no Diagnóstico Participativo realizado pelo ACNUR, na Caritas, em outubro de 2014. A pesquisa foi realizada com refugiados de diferentes nacionalidades, cerca de 50 pessoas no total. Eles foram separados em três grupos, o primeiro composto por homens de origem africana, o segundo composto por outras nacionalidades, e, por fim, um composto apenas por mulheres vindas da África. O resul-

tado aqui apresentado tem como base a pesquisa realizada com o grupo de mulheres, que foi composto por 18 mulheres, sendo 17 da RD Congo e um de Togo. O objetivo do relatório era que elas elegessem os temas tidos como prioridade para o grupo, para que fossem colocadas as dificuldades existentes. Os cinco principais temas escolhidos foram os seguintes: habitação, saúde, emprego e educação, respectivamente. Mesmo sendo temas distintos, todos tocavam num mesmo ponto, o idioma, que era dado como a maior dificuldade para a integração local dessas mulheres.

É importante salientar que alguns solicitantes e/ou refugiados falam apenas seu dialeto local, o que dificulta ainda mais sua integração não apenas com os brasileiros, mas também com os outros congolese. Muitas vezes na Caritas conta-se com o apoio de um refugiado congolês que fale o mesmo idioma do solicitante para ajudar com a tradução durante a entrevista.

Os novos preconceitos surgem concomitantemente às dificuldades que são encontradas no processo de integração local. Desde que se configurou uma epidemia do ebola em alguns países da África, como Guiné, Serra Leoa e Libéria e, mais recentemente, a suspeita de ebola em um africano, da Guiné, solicitante de refúgio no Brasil, que estava no Paraná, criou uma situação de desconforto para muitos africanos no Brasil. Diversas reportagens mostraram como houve um aumento na discriminação a africanos, independente da nacionalidade e, ainda, quando chegavam à Polícia Federal, entidade para onde os refugiados são encaminhados na chegada ao país, tinham dificuldades em ser atendidos devido ao fato de serem africanos (CAMBRICOLI, 2014; BRASIL..., 2014). Além disso, durante o Diagnóstico Participativo realizado na Caritas, uma refugiada congolese, afirmou que foi a um hospital público no Rio de Janeiro e quando disse que era nacional da RD Congo, o médico teria se recusado a atendê-la, alegando ser “ebola”. O cenário criado em torno da ameaça da doença, configurou um ambiente hostil para as diversas nacionalidades africanas no país. No entanto, qualquer medida de prevenção à contaminação da doença deveria ser tratada com outras medidas e não a negação ao atendimento público, o qual todos gozam o direito.

Outro principal fator de discriminação não se relaciona com a identidade étnica, por outro lado, está diretamente relacionado a uma identidade cultural e sta-

tus político desses indivíduos. Nesse sentido, a falta de conhecimento da sociedade e a pouca visibilidade que se dá aos refugiados, contribui para que estes fiquem ainda mais à margem da sociedade, principalmente no que diz respeito às questões relacionadas à obtenção de empregos. Ainda com informações do Diagnóstico Participativo na Caritas, muitas mulheres apresentaram situações em que não conseguiam vagas de emprego quando se diziam refugiadas, ou até mesmo, por serem da RD Congo, da África e, cabe ressaltar, que todo e qualquer solicitante de refúgio ou refugiado pode, por lei, possuir uma carteira de trabalho. Por fim, há também a reclamação por parte das mulheres, pois a parte majoritária de oportunidades de emprego a que surgem são relacionadas às vagas para o trabalho de limpeza, como faxineira, cozinheira ou empregada doméstica. Ou seja, geralmente, os refugiados que chegam a uma nova cidade encontram enorme dificuldade de inserção no mercado de trabalho com um emprego que seja condizente com sua experiência profissional. Como ressaltado anteriormente, o idioma é também um obstáculo para sua inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, a violência às mulheres não ocorre na mesma proporção como na RD Congo e o refúgio se torna uma nova possibilidade para que elas se integrem na sociedade e conquiste seu lugar de ação, como sujeito político. Independente do grupo étnico deve-se haver o respeito e a noção mais abrangente de comunidade para que os congolese sejam um grupo e não se fragmentem em diversos outros pequenos grupos.

Considerações finais

O multiculturalismo ganha espaço com a crise da modernidade e, ao mesmo tempo, se torna mais relevante discutir a legitimidade da diferença, de espaços heterogêneos e da diversidade cultural e étnica. A identidade cultural, por sua vez, não é dada e nem permanente, mas está em constante transformação. É importante estar associado a um sentimento de pertencimento a uma cultura, como incentivo para que o indivíduo construa então, sua própria identidade. Assim, a identidade do sujeito é formada a partir de características internas e também por influências externas, do Estado-nação ou de espaços públicos (KROHLING, 2009).

O caso analisado neste ensaio ajuda a exemplificar e transparecer como mesmo em países multiculturais e com uma extensa diversidade étnica, podem permanecer com conflitos culturais e étnicos. No caso da RD Congo, a intolerância e a impunidade são as principais causas da permanência desses conflitos. Além disso, a violação de direitos humanos coloca em xeque a diversidade étnica e cultural e o respeito ao outro, como sujeito.

A herança do período colonial e pós-colonial na RD Congo é também fator explicativo para as disputas e conflitos hoje existentes. No entanto, pode-se pensar que a visão do multiculturalismo para eles deve ser transformada em algo positivo, de forma que, as diferentes etnias possam “trocar” tradições culturais e costumes, deixando de lado o ambiente hostil de competição e superioridade.

O mesmo processo ocorre quando chegam à cidade de destino, neste caso, o Rio de Janeiro, pois carregam uma identidade cultural e ao chegar em uma nova localidade sofrem influência de novos costumes, tradições e modos de vida, que passam a alterar e transformar sua identidade. No entanto, é um processo no qual o direito à diferença deve ser ainda mais defendido e, ao mesmo tempo, devem estar preparados para novas formas de preconceito e concepções acerca desse multiculturalismo da modernidade tardia.

Referências

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Refúgio no Brasil**: uma análise estatística; janeiro de 2010 a outubro de 2014. [S.l.]: UNHCR, ACNUR, [2015?]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>. Acesso em: 11 out. 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2013 – Anistia Internacional**: o estado dos direitos humanos no mundo; República Democrática do Congo. [S.l., 2013?]. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/pt-br/region/democratic-republic-congo/report-2013>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BRASIL tem primeiro caso de suspeita do vírus ebola. **Bom Dia Brasil**, [s.l.], 10 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/brasil-tem-o-primeiro-caso-de-suspeita-do-virus-ebola.html>>. Acesso em: 11 out. 2015.

CAMBRICOLI, Fabiana. Africanos e haitianos são hostilizados no PR após suspeita de Ebola. **Estadão**, São Paulo, 13 out. 2014. Disponível em: <<http://saude.estadao.co>

m.br/noticias/geral,africanos-e-haitianos-sao-hostilizados-no-pr-apos-suspeita-de-ebola-imp-,1575862>. Acesso em: 11 out. 2015.

CUNHA, Manuela C. da. **Cultura com aspas**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Da diáspora**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

KROHLING, Aloísio. **Direitos humanos fundamentais: diálogo intercultural e democracia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MSF divulga relatório sobre a situação humanitária chocante no leste da República Democrática do Congo. **Médicos Sem Fronteiras**, [s.l.], 3 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/msf-divulga-relatorio-sobre-situacao-humanitaria-chocante-no-leste-da-republica-democratica>>. Acesso em: 11 out. 2015.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDH Global 2013. **PNUD**, [s.l., 2004]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 11 out. 2015.

SCHMITT, Céline. Hundreds of thousand of Congolese flee violence in Katanga province’s triangle of death. **UNHCR**, Kinshasa, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/546b2coa9.html>> Acesso em: 11 out. 2015.

TANNURI, Maria Regina P. **Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”**: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)– Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

VALENZOLA, Renato Henrique. O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, São Paulo, n. 13, p. 59-86, nov. 2013.

Recebido em 16 out. 2015

Aceito em 23 jun. 2016.